

## EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: CONTRIBUTOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

NON-FORMAL EDUCATION: TOWARDS AN INCLUSIVE EDUCATION

EDUCACIÓN NON-FORMAL: CONTRIBUCIONES PARA LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

Maria Conceição Pinto Antunes<sup>1</sup> 0000-0003-3569-6020

Sara Daniela Fernandes<sup>2</sup> 0000-0003-0655-5763

<sup>1</sup> Universidade do Minho – Braga, Portugal; mantunes@ie.uminho.pt

<sup>2</sup> Instituição Particular de Solidariedade Social - Casa de Acolhimento, Braga, Portugal; danielabouro@hotmail.com

### RESUMO:

A intervenção aqui descrita resulta de um trabalho de investigação/intervenção com um grupo de 11 crianças/jovens com necessidades educativas em situação de acolhimento residencial, cuja finalidade se centrou no desenvolvimento de competências para a vida, com vista ao desenvolvimento integral. Recorrendo ao paradigma qualitativo interpretativo-hermenêutico, o projeto foi desenvolvido sob os princípios da investigação-ação participativa, utilizando as técnicas ativas e participativas da animação-sociocultural. A intervenção integrou a dinamização de oficinas favorecedoras do processo de educação/aprendizagem dos participantes. Os resultados revelam que a intervenção obteve resultados bastante positivos ao nível do aumento da motivação e interesse pela realização de atividades, da intensificação da interação social e habilidades comunicacionais e da capacidade de aprendizagem, salientando os benefícios da educação não formal na educação/desenvolvimento de crianças e jovens com necessidades educativas.

**Palavras-chave:** crianças/jovens com necessidades educativas; educação não formal; educação inclusiva.

### ABSTRACT:

The intervention here described results from a research and intervention project developed with a 11 children and adolescents with educational needs living under institutional care with the aim of developing life competencies for their integral development. The project was developed using qualitative methodologies, namely participatory action-research, using sociocultural animation techniques. The intervention consisted in the active involvement of the participants in the formative workshops. The results reveal that the intervention had positive results as evidenced in the higher motivation and interest in the enactment of the activities and learning tasks, in the intensifying social interaction and communication skills, and the learning capacity/achieved, therefore underlying the benefits of non-formal education in the development of children and adolescents with educational needs.

**Keywords:** children and adolescents with educational needs; non-formal education; inclusive education.

### RESUMEN:

La intervención aquí descrita es el resultado de un trabajo de investigación/intervención con un grupo de 11 niños/jóvenes con necesidades educativas en situación de acogida residencial, cuya finalidad se centró en el desarrollo de competencias para la vida con vistas a su desarrollo

integral. Recurriendo al paradigma cualitativo interpretativo-hermenéutico, el proyecto se desarrolló bajo los principios de la investigación-acción participativa, haciendo uso de técnicas activas y participativas de animación sociocultural. La intervención incluyó la promoción de talleres favorecedores del proceso de educación/aprendizaje de los participantes. Los resultados revelan que la intervención alcanzó resultados bastante positivos en lo referido al aumento de la motivación e interés por la realización de actividades, intensificación de la interacción social y las habilidades de comunicación y la capacidad de aprendizaje, destacando los beneficios de la educación non-formal en la educación/desarrollo de los niños y jóvenes con necesidades educativas.

**Palabras clave:** niños y jóvenes con necesidades educativas; educación non-formal; educación inclusiva.

## Introdução

A intervenção educativa da qual resultou este trabalho foi desenvolvida com um grupo de crianças/jovens acolhidos institucionalmente, alvo de medidas de promoção e proteção decretadas pelos Tribunais de Família e Menores ou pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), encontrando-se em fase escolar e a frequentar os apoios da educação inclusiva. Estas medidas de promoção e proteção pressupõem a obrigação de todos os agentes (Segurança Social, CPCJ, Tribunais de Família e Menores, Pais e Instituição de acolhimento) trabalharem conjuntamente no sentido de definirem os projetos de vida para estas crianças/jovens que podem passar por uma de três possibilidades: regresso à família (biológica ou alargada), adoção e autonomização.

Nos últimos anos, na Instituição que acolhe este grupo de crianças/jovens, o aumento significativo de crianças/jovens identificadas com necessidades educativas (NE) tornou premente a implementação de um programa educativo que de uma forma mais ativa e efetiva contribuísse para o desenvolvimento de competências para a vida. Neste contexto, o projeto “(Re)criar Potencialidades” emerge com o objetivo de adicionar novas vertentes ao processo de educação/formação desenvolvido na Casa de Acolhimento, procurando contribuir e potencializar o desenvolvimento humano integral, preparando para a autonomização e integração social e profissional após a desinstitucionalização. Neste sentido, apostou-se num projeto de intervenção socioeducativa capaz de providenciar ferramentas em diferentes domínios da vida humana, tais como a aprendizagem num modelo mais prático e operativo, a gestão doméstica e financeira, o relacionamento interpessoal, o desenvolvimento cognitivo e intelectual, a inserção no mercado de trabalho, entre outras.

## Aportes Teóricos

Em Portugal até 6 de Julho de 2018 a educação de crianças com NE era legislada pelo Decreto-Lei 3/2008 que definia os critérios de elegibilidade e os principais apoios educativos a prestar nos diferentes níveis de escolaridade às crianças/jovens com NE. Neste decreto-lei já se encontravam referências à igualdade de oportunidades e à importância da inclusão (DECRETO-LEI 3/2008).

O Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, vem reforçar e estabelecer o regime jurídico da educação inclusiva que, especificamente, procura responder à “[...] diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa [...]” (DECRETO-LEI 54/2018). Com este novo decreto-lei, assistimos ao emergir de um novo paradigma, pois deixamos de ter uma educação especial para grupos especiais, ao invés a educação passa a ser entendida como educação inclusiva integrando todos na medida em que “[...] qualquer aluno pode, ao longo do seu percurso escolar, necessitar de medidas de suporte à aprendizagem” (DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO, 2018).

A educação constitui, efetivamente, o principal fator de promoção do desenvolvimento humano, emancipação e equidade social. No alinhamento desta ideia assistimos, hoje, a um movimento multidimensional de agilização de esforços para eliminar barreiras ao acesso do processo de educação/aprendizagem, de modo muito particular, a crianças e jovens cuja entrada no contexto escolar estava mais ou menos vedada (ESCALLÓN; PORTER; RICHLER, 2013). O que se pretende é a promoção do que, atualmente, se denomina de uma educação inclusiva, uma educação para todas as crianças, jovens, adultos e adultos idosos, proporcionando a todos a possibilidade de emancipação e desenvolvimento humano e, simultaneamente, uma maior equidade social (UNESCO, 1997; 2005).

Na opinião de Escallón, Porter e Richler (2013) as crianças e jovens com NE constituem o grupo social mais amplamente excluído e, considerando esta situação, a educação inclusiva, quer do ponto de vista das políticas, quer do ponto de vista das práticas, tem vindo a constituir-se um tema cada vez mais discutido no universo educacional (FARREL; AINSCOW, 2002; SANTOS, 2018). A concepção de uma educação inclusiva, tem por pressuposto o desafio da construção de uma sociedade inclusiva. “Inclusão e educação inclusiva são fenómenos que se constroem mutuamente” (GONZÁLEZ, 2021, p.340, Tradução nossa) visando que todos, tenham os seus direitos garantidos em todas as dimensões da vida (MANTOAN, 2003; SILVA;

ANSAY, 2017), garantindo a todos (crianças, jovens, adultos e idosos) igualdade de oportunidades, de desenvolvimento humano de qualidade e de justiça social (UNESCO, 2005). No horizonte de visibilidade de uma concepção de educação inclusiva cada pessoa é considerada um ser singular e único, com características muito próprias e específicas, atribuindo uma visão positiva à diferença, à diversidade e às idiossincrasias pessoais fundamentando-se nos direitos humanos. O princípio básico e norteador desta concepção de educação é o ser humano, em detrimento de qualquer tipo de diferença ou vulnerabilidade que possa apresentar. A sua finalidade orienta-se no sentido de que todas as pessoas, e não apenas as crianças com NE tenham acesso a medidas de apoio que possam contribuir para o seu sucesso escolar e emancipação e participação social (UNESCO, 2005).

As crianças e jovens com NE que integram os apoios da educação inclusiva, são caracterizadas por serem “ [...] crianças e adolescentes com problemas sensoriais, físicos e de saúde, intelectuais e emocionais e, também, com dificuldades de aprendizagem específicas (factores processológicos/de processamento de informação) derivadas de factores orgânicos ou ambientais” (CORREIA, 2013, p.45). Esta designação abrange, também, crianças e jovens que devido a condições específicas e idiossincráticas podem necessitar de apoios especiais e suplementares ao longo do seu percurso de vida académica, pessoal, social e emocional (CORREIA, 2013). De acordo com Correia (2013) estas crianças e jovens podem ter associadas dificuldades intelectuais, dificuldades de aprendizagem específicas, desordem por défice de atenção com/sem hiperatividade, problemas sensoriais-visuais/auditivos, perturbações emocionais e/ou de comportamento, problemas de comunicação, linguagem e fala, problemas motores, perturbação do espectro do autismo, multideficiência e outros problemas de saúde.

Neste horizonte de compreensão, a educação inclusiva, dada a diversidade cultural e a heterogeneidade funcional do público abrangido, exige do sistema e do processo educativo uma pluralidade de respostas complementares no sentido da edificação de um processo de educação/aprendizagem capaz de satisfazer as necessidades e interesses de cada um e de todos (BOOTH; AINSCOW, 2015; ECHEITA, 2017; SANTOS, 2018).

As investigações inovadoras no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento levadas a cabo, de entre outros, por Baltes e Baltes (1990) evidenciam que o desenvolvimento humano ocorre em todas as fases da vida, através de um processo dinâmico de ganhos e perdas. Efetivamente é, hoje, consensualmente, aceite a ideia de que todo o ser humano está em processo de educação/formação ao longo da vida. Neste enquadramento, todos têm capacidade de aprender, não obstante as aprendizagens possam processar-se e manifestar-se de forma

diferenciada. O ser humano é um ser único e singular, a heterogeneidade é inerente à essência humana (ARROYO, 2012; MANTOAN, 2003), conseqüentemente, a promoção da igualdade de oportunidades de educação/formação supõe atender às diferenças ao invés de as ignorar ou eliminar.

No âmbito deste paradigma, mais importante que a inclusão no espaço escolar, evidencia-se a necessidade de práticas pedagógicas e metodologias diversificadas que melhor se adequem às características diferenciadas dos aprendentes, por oposição às tradicionais concepções pedagógicas uniformes e homogeneizantes (ARROYO, 2012; MANTOAN, 2003; MOURA; ZUCCHETTI, 2019).

As práticas pedagógicas da educação não formal caracterizam-se, precisamente, por uma ação educativa mais espontânea, mais centrada nas necessidades e potencialidades dos formandos, mais consentânea com uma dinâmica de educação-aprendizagem interativa e horizontal baseada em metodologias participativas, dialógicas e operativas, flexíveis e abertas ao novo, alternativo, não-familiar, abrindo possibilidades de integrar as idiosincrasias de todos e de cada um. A educação não formal enquanto uma modalidade de educação, que se demarca dos programas, metodologias e orientações rígidas da educação escolar/formal, centrando-se, na

[...] atenção às necessidades e interesses específicos das populações recetoras, uso de metodologias ativas e participativas, pouca ou nenhuma exigência académica e administrativa para a inscrição nas atividades, conteúdos geralmente muito contextualizados, pouca uniformidade em termos de espaços e tempos [...] (TRILLA, 1988, p.40, Tradução nossa),

parece responder mais adequadamente à necessidade de práticas educativas e metodologias diversificadas que melhor se adaptem às características das crianças/jovens com NE, contribuindo de uma forma muito particular para as boas práticas pedagógicas e o sucesso de uma educação inclusiva.

## **Desenho e Metodologia**

No enquadramento das orientações teóricas esboçadas, foi desenvolvido um projeto de investigação-intervenção, cuja primeira edição teve a duração de 18 meses, numa Casa de Acolhimento de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) do norte de Portugal, em parceria com uma Instituição de Ensino Superior da mesma área geográfica, que envolveu onze crianças/jovens com NE, com idades compreendidas entre os 11 e os 19 anos de idade. O

projeto cuja finalidade se centrou no desenvolvimento de competências para a vida, com vista ao desenvolvimento integral, orientou-se em função de dois objetivos de investigação: i) explorar se a intervenção educativa não formal contribui para o desenvolvimento integral de crianças/jovens com necessidades educativas; ii) identificar as dimensões que evidenciam resultados mais positivos com a intervenção.

## **Participantes**

O projeto abrangeu um grupo de crianças e jovens heterogéneo, cinco elementos do sexo masculino e seis do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 11 e os 19 anos de idade. A idade aquando da institucionalização varia entre os 15 dias de vida, e os 15 anos de idade, sendo que a permanência destas crianças/jovens na Casa de Acolhimento ronda em média os 7 anos e 9 meses. Importa referir, que algumas destas crianças/jovens viveram toda a sua vida na instituição, facto que revela a vigência de uma política social denunciadora da falta de alternativas a uma vida institucional. Foram apontados como principais motivos de institucionalização: a negligência - exposição a modelos parentais desviantes - (9 casos), os maus tratos (6 casos) e suporte familiar deficitário (2 casos). No que diz respeito à retaguarda familiar, verificam-se 2 casos de crianças/jovens sem qualquer retaguarda familiar, 5 casos com retaguarda muito inconstante, dominada pela instabilidade familiar e 4 casos onde existe uma retaguarda presente e regular. Os projetos de vida delineados para estas crianças/jovens passam pela possibilidade de reunificação familiar (5 casos); pela possibilidade de autonomização ou autonomia de vida (4 casos) e pela possibilidade de acolhimento prolongado (2 casos).

No que diz respeito à escolaridade, as frequências escolares variam entre o 2º e 11º ano de escolaridade com adequações curriculares, nomeadamente, em currículos específicos individuais (CEI) e adequações no processo de avaliação (DECRETO-LEI 3/2008). Todos os elementos do grupo apresentam profundas dificuldades de aprendizagem, concentração e motivação que se têm vindo a acentuar à medida que o percurso escolar vai evoluindo.

No que diz respeito à situação específica de NE, verificamos que estas crianças/jovens possuem um conjunto diversificado de problemas de foro intelectual e psicológico, dos quais se destacam o Atraso Cognitivo e as Dificuldades de Aprendizagem, não obstante a existência de outros, detetados através de diagnóstico clínico, como Síndrome Alcoólica Fetal (SAF), Deficiência Intelectual, Paralisia Cerebral, Nanismo e Atraso no Desenvolvimento Psicomotor.

## Métodos e instrumentos de recolha de dados

Embora os dados quantitativos tenham sido levados em conta, o paradigma que melhor se adequou ao desenvolvimento do projeto foi o paradigma qualitativo interpretativo hermenêutico, tendo em consideração que a abordagem qualitativa procura uma profunda compreensão do contexto de estudo bem como das características das populações que dele fazem parte. Neste tipo de abordagem, o investigador procura obter informações descritivas no próprio local através do contacto direto com os sujeitos objeto de investigação, facto que permite o acesso a informações que, de outro modo, não seriam conhecidas. Esta proximidade permite ao investigador a recolha de dados em palavras e imagens que lhe possibilitam uma melhor compreensão da realidade (BOGDAN; BIKLEN, 2013).

No que concerne à metodologia de intervenção, o projeto procurou seguir o mais possível as orientações da investigação-ação-participativa, dado que esta supõe trabalhar simultaneamente a investigação e a intervenção com o objetivo de transformar as condições de vida da população em estudo. Esta metodologia exige um trabalho colaborativo entre investigadores e atores sociais e visa o diagnóstico e a produção de conhecimento com vista à transformação e melhoramento de uma dada realidade social. Agentes sociais e investigadores trabalham colaborativamente na identificação e compreensão dos problemas, na construção e na partilha de conhecimentos para a sua solução, assumindo os grupos sociais o protagonismo das ações sociais transformadoras dos problemas existentes e da melhoria das condições de vida (BARBERO; CÓRTEZ, 2005; RODRIGUES, 2021).

Quanto às técnicas de investigação recorreu-se à pesquisa bibliográfica e análise documental (Processos Individuais e Projeto Educativo das crianças/jovens), não menos importantes foram as conversas informais, a observação direta não participante, inquérito por questionário e diário de bordo.

Quanto às técnicas de intervenção fez-se recurso das metodologias ativas e participativas da animação sociocultural, tendo sido utilizadas técnicas grupais, técnicas de formação/informação, técnicas para a realização de atividades artísticas e técnicas para realização de atividades lúdicas.

No que concerne ao processo de tratamento dos dados, recorreu-se à análise estatística descritiva simples, utilizando gráficos, para a avaliação de diagnóstico e tabelas para a avaliação final, dado que esta técnica disponibiliza um conjunto de ferramentas que permitem recolher e analisar um conjunto de dados numéricos.

## Procedimentos

Qualquer projeto, pressupõe fases e procedimentos, este contou com três fases: inserção no contexto e avaliação de diagnóstico, implementação e avaliação.

A fase de inserção no contexto e avaliação de diagnóstico caracterizou-se por um período, de dois meses, dedicado à recolha de informações relevantes acerca dos participantes com o objetivo de desenhar um projeto capaz de colmatar as suas necessidades, bem como potenciar os seus interesses e potencialidades. Nesta fase, apresentou-se aos participantes e à Diretora Técnica da Instituição, na qualidade de encarregada de educação dos mesmos, o enquadramento institucional e objetivos do estudo, bem como a explicação referente às questões éticas inerentes, nomeadamente, o carácter voluntário da participação no estudo, a salvaguarda da identidade, a confidencialidade dos dados recolhidos e a divulgação (anónima) dos resultados.

Na fase da implementação, desenvolvida ao longo de dezasseis meses, tendo em conta as informações recolhidas na fase de avaliação das necessidades/interesses/potencialidades desenvolveu-se um projeto direcionado para práticas ativas, diferenciadas e adequadas às especificidades de cada criança/jovem procurando-se, assim, desenvolver uma prática pedagógica promotora do desenvolvimento de pessoas com NE, ou seja, implementar uma pedagogia capaz de potenciar um envolvimento efetivo dos seus participantes com o objetivo da promoção de um desenvolvimento humano holístico de qualidade. Neste enquadramento, planeou-se um conjunto de cinco oficinas com a finalidade de desenvolver capacidades pessoais, sociais e funcionais com vista a um desenvolvimento integral da criança/jovem, bem como desenvolver capacidades no sentido de potenciar a autonomia e independência de vida através de atividades lúdico-pedagógicas que contribuem para o seu crescimento e autonomização. Na Tabela 1 dá-se conta do programa desenvolvido.

**Tabela 1** - Oficinas e Atividades Desenvolvidas



(continua)

<p><b>Oficina das Expressões Plásticas</b></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Estimular a criatividade e capacidade de imaginação;</li> <li>ii) Desenvolver a motricidade fina.</li> </ul>	<p>Esta oficina tinha como principal objetivo proporcionar momentos de descontração e libertação subjetiva, dando lugar à imaginação e criatividade dos participantes, bem como desenvolver capacidades físico-motoras relacionadas com a motricidade fina.</p> <p><u>Atividades realizadas</u></p> <p>Esta oficina foi dinamizada através de atividades que possibilitaram a utilização de várias técnicas de pintura: Técnica do berlinda; Técnica da pintura com cotonetes; Técnica da pintura “spaghetizada”; Técnica da pintura soprada; Técnica da pintura “borbulha”.</p> <p>As atividades desta oficina proporcionaram um ambiente calmo e descontraído, permitindo aos participantes, melhorar a motricidade fina, descobrir potencialidades artísticas adormecidas e aumentar a autoestima.</p>
<p><b>Oficina da Horta e Jardinagem</b></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Dar a conhecer a importância da agricultura de subsistência;</li> <li>ii) Desenvolver a coordenação motora;</li> <li>iii) Promover momentos de relaxamento e descontração.</li> </ul>	<p>Esta oficina tinha como principal objetivo aumentar o bem-estar através de atividades ao ar livre e em contacto com a natureza.</p> <p>A oficina integrou a dinamização de três workshops:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Horta - plantação e cultivo de legumes e ervas aromáticas</li> <li>ii) Jardinagem – plantação de plantas e flores</li> <li>iii) Alimentação dos animais da quinta</li> </ul> <p>Dado tratar-se de um grupo de crianças/jovens com necessidades educativas, com problemas agravados de ansiedade e perturbação emocional, a criação e o cuidar quotidiano de uma horta com legumes variados, bem como de pequenos canteiros com plantas e flores possibilitou momentos de descontração, relaxamento e libertação que favoreceram o convívio e o estreitamento de relações interpessoais resultando no melhoramento do bem-estar e satisfação com a vida.</p>
<p><b>Oficina da Ciência e Tecnologias da Informação e Comunicação</b></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Promover a capacidade de observar, interpretar e investigar;</li> <li>ii) Estimular a curiosidade e o gosto pelo conhecimento;</li> <li>iii) Aumentar o vocabulário e desenvolver a linguagem descritiva;</li> <li>iv) Promover a inclusão digital;</li> <li>v) Explorar os recursos digitais para o desenvolvimento intelectual.</li> </ul>	<p>Esta oficina tinha como objetivo principal promover o desenvolvimento intelectual.</p> <p><u>Atividades realizadas</u></p> <p>A oficina contou com a dinamização de dois workshops:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) “Ciência em casa” - este workshop contou com a realização de várias experiências práticas: como a realização do ciclo da água; experiências de luz; experiências de força e movimento; experiências de objetos e materiais com a finalidade de promover a estimulação cognitiva e o gosto pelo conhecimento.</li> <li>ii) Informática – este workshop foi dinamizado com atividades relacionadas à iniciação à informática (rato, teclado, colunas); ligar e desligar; ambiente de trabalho e ícones; aceder ao “Meu PC”; MicrosoftWord e Internet.</li> </ul> <p>Esta oficina contribuiu para a inclusão digital, fundamentalmente utilizando os recursos da Internet disponibilizou recursos digitais excelentes para o desenvolvimento intelectual.</p>

(conclusão)

<p><b>Oficina de Gestão e Organização Doméstica</b></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Conhecer o dinheiro;</li> <li>ii) Aprender a trabalhar com os equipamentos de cozinha;</li> <li>iii) Aprender as regras de higiene alimentar;</li> <li>iv) Aprender a fazer uma lista de compras;</li> <li>v) Aprender a confeccionar refeições.</li> </ul>	<p>Esta oficina tinha como objetivo principal autonomizar para as atividades de vida diária.</p> <p><u>Atividades realizadas</u></p> <p>As atividades desenvolvidas no decorrer desta oficina foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sessões de trabalho com a ajuda de jogos para aprender a conhecer e manusear o dinheiro;</li> <li>- Sessões práticas: “Como se põe uma mesa”; “Como servir à mesa” “Como estar à mesa”; “Como se organiza uma despensa”; “Como se elabora uma lista de compras”; “Como se utilizam os equipamentos de cozinha”; “Higiene e saúde alimentar”; “Ida ao supermercado”; “Confeção de refeições”.</li> </ul> <p>Esta oficina teve resultados importantes ao nível da autonomização das atividades de vida diária.</p>
<p><b>Oficina de Inserção na Vida Ativa</b></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Conhecer o mundo do trabalho (meios de procura de emprego/formação, direitos e deveres);</li> <li>ii) Aprender a elaborar uma carta de apresentação e um curriculum vitae;</li> <li>iii) Saber como agir na entrevista de emprego</li> </ul>	<p>Esta oficina tinha como objetivo principal preparar para a inserção no mundo do trabalho.</p> <p><u>Atividades desenvolvidas</u></p> <p>As atividades desenvolvidas no decorrer desta oficina foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sessão prática: “Autoconhecimento”</li> <li>- Sessão informativa: “Mercado de Trabalho”</li> <li>- Sessões informativas/práticas: “Técnicas de Procura Ativa de Emprego”</li> </ul> <p>Esta oficina foi muito relevante, especialmente para três jovens que se encontravam numa fase de procura ativa de um projeto de vida em termos profissionais.</p>

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à avaliação, entendida como um processo de reflexão contínua e de apoio, orientação e reorientação da intervenção, constituiu um processo transversal ao projeto, permitindo melhorar e reorientar aquando do surgimento de obstáculos. A avaliação de diagnóstico, permitiu a obtenção dos dados fundamentais para o desenho de um plano de intervenção adequado às necessidades, interesses e expectativas dos participantes. A avaliação contínua permitiu a otimização da intervenção, revelando os pontos fortes e fracos do plano de ação, dando possibilidade à sua reorientação e recontextualização. A avaliação final permitiu evidenciar os resultados e impacto que o programa de ação obteve relativamente ao processo de desenvolvimento humano e transformação dos projetos de vida dos participantes.

## Resultados e Discussão

Nesta secção do artigo, apresentam-se e discutem-se os resultados da avaliação final e impacto do projeto, obtidos através de uma grelha da autoria dos investigadores /dinamizadores

da intervenção, construída com base nas dimensões consideradas relevantes para o desenvolvimento integral dos participantes. Considerando as 54 atividades dinamizadas, com recurso à observação etnográfica, a grelha foi sendo preenchida no final de cada atividade com recurso a uma Escala de Likert com quatro qualificadores “Nenhum”; “Algum”; “Muito” e “Bastante”. Importa referir que a opção pelo referido instrumento de recolha de dados, bem como pelo recurso à perceção dos investigadores/dinamizadores, ao invés da indagação direta dos participantes para a obtenção dos resultados, se justifica pelos constrangimentos e vulnerabilidade das capacidades cognitivas e comunicacionais dos participantes.

Este trabalho de investigação/intervenção procurou explorar se a intervenção educativa não formal contribui para o desenvolvimento integral de crianças/jovens com NE e identificar as dimensões que evidenciam resultados mais positivos com esta intervenção. O processo de intervenção e os resultados evidenciaram que os participantes gostaram muito da intervenção e que esta, efetivamente contribuiu para o seu desenvolvimento. A Tabela 2 dá a conhecer as três dimensões que obtiveram resultados mais relevantes no que concerne ao impacto do projeto: “*Motivação e empenho*”; “*Interação pessoal e capacidade comunicacional*” e “*Aprendizagem*”, bem como os resultados finais obtidos.

**Tabela 2** - Dimensões com resultados mais relevantes

<b>Dimensões</b>	<b>Nenhum</b>	<b>Algum</b>	<b>Muito</b>	<b>Bastante</b>	<b>Sessões N = 54</b>
Motivação e empenho	0	24	24	6	54
Interação pessoal e capacidade comunicacional	3	33	16	2	54
Aprendizagem	3	32	14	5	54

Fonte: Elaboração própria

### *“Motivação e empenho”*

Considerando os dados da Tabela 2, verificamos que um dos pontos fortes do projeto foi o aumento da “motivação e empenho” na participação da realização das atividades. É importante notar que é a única dimensão (categoria) com avaliação completamente positiva, dado que o qualificador “Nenhum” não foi assinalado em nenhuma atividade. Ao longo do desenvolvimento das atividades relativamente a esta dimensão, os qualificadores que surgiram com maior incidência foram “Muito” (N=24) e “Algum” (N=24), seguidos de “Bastante” (N=6).

Estes resultados da intervenção parecem evidenciar a importância da educação não formal no processo de desenvolvimento de crianças/jovens com NE na medida em que evidenciou um aumento significativo da motivação e empenho na participação efetiva da realização de atividades. Corroborando, assim, os resultados positivos do estudo de Silva (2022) e o estudo de Veiga, Ferreira e Quintas (2013) baseados no desenvolvimento de projetos de educação não formal que evidenciaram um maior interesse, participação e envolvimento nas atividades, por parte das crianças/jovens com NE. Na linha de outros autores (ARROYO, 2012; MANTOAN, 2003), a intervenção revelou, ainda, que o fator decisivo nestes resultados se centra na utilização de práticas e estratégias de intervenção educativa adequadas à singularidade das crianças/jovens, por oposição a práticas homogeneizantes.

#### *“Interação social e capacidade comunicacional”*

A “interação social e capacidade comunicacional” é, também, uma dimensão que reuniu uma avaliação bastante positiva. No que concerne a esta categoria, os qualificadores que surgiram com mais incidência foram “Algum” (N=33) e “Muito” (N=16), seguidos de “Nenhum” (N=3) e “Bastante” (N=2).

Face a estes resultados, poderemos dizer que a intervenção teve, também, um impacto positivo ao nível do aumento das habilidades sociais e comunicacionais que se refletem na melhoria do bem-estar físico e psicológico, corroborando os resultados do estudo de Gonçalves (1997) que, com base na implementação de um programa de Cultura Geral, evidenciou benefícios significativos no âmbito das capacidades cognitivas, sociais e comunicacionais. Os resultados do projeto que se apresenta surgem, também, alinhados com os resultados obtidos com o projeto “Qualificação para a Inclusão (QI)” (FEDERAÇÃO NACIONAL DE COOPERATIVAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, 2014) com a duração de três anos, que integrou 40 jovens e adultos com NE, evidenciando melhorias significativas ao nível da autonomia e das relações interpessoais.

#### *“Aprendizagem”*

Relativamente à dimensão “Aprendizagem” verificamos que “Algum” (N=32) é o qualificador com mais incidência, seguido de “Muito” (N=14), “Bastante” (N=5), e “Nenhum” (N=3).

No que concerne à aprendizagem, os resultados obtidos, na primeira edição do projeto, são considerados notoriamente positivos e promissores, dado verificar-se, ao longo do desenvolvimento das atividades, que os participantes manifestam vontade e interesse em

aprender. Contrariando o estigma de que as crianças/jovens com NE, não conseguem aprender, a intervenção evidenciou a sua capacidade em aprender, evoluir e prosseguir o seu processo de desenvolvimento integral, necessitando apenas de rotinas de trabalho, apoio e acompanhamento regular, explícito e sistemático que devem ser implementados sempre que possível com recurso a diferentes estratégias, métodos e técnicas de aprendizagem, indo ao encontro do pensamento de autores como (CORREIA, 2013; BOOTH; AINSCOW, 2015; ECHEITA, 2017; SANTOS, 2018) e de outros estudos prévios (ANTUNES; SAMPAIO, 2019; SILVA, 2022).

Para além das atividades desenvolvidas e avaliadas na Tabela 2, o projeto integrou, ainda, a monitorização, supervisão e acompanhamento individualizado de três jovens NE com mais de 18 anos que já não frequentavam a escolaridade obrigatória. Neste âmbito, foi desenvolvido um programa específico sobre as saídas profissionais adequadas a este tipo de público. Do programa desenvolvido com a colaboração do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) resultou a integração destas três jovens num projeto de Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego (IAOQUE), que tinha como objetivo avaliar o desempenho, capacidades e limitações de trabalho das jovens no sentido da definição de um possível percurso profissional. Após esta avaliação e, tendo em consideração as suas capacidades, as jovens foram integradas num Centro de Recursos a frequentarem cursos de formação com foco na orientação profissional, no apoio à inserção socioprofissional e ingresso no mercado de trabalho. Um elemento integrou o Curso de Costureira – Trabalho em Série; outro o Curso de Cozinheira e outro o Curso de Técnica de Informática. As três jovens frequentaram os seus cursos, que realizaram com êxito, e integraram um processo de Estágio em contexto profissional/empresarial. À data da redação deste artigo, uma delas encontra-se inserida no mercado de trabalho e as outras duas a terminar um segundo estágio para aquisição de competências profissionais específicas ao desempenho de funções em entidades motivadas à integração de jovens com vulnerabilidades funcionais nos seus quadros de colaboradores.

Importa notar que a nossa intervenção permitiu compreender claramente que aumentar a empregabilidade de pessoas com NE exige, não apenas a aquisição de competências técnicas e profissionais mas, de um modo especial, a aquisição de capacidades pessoais, sociais e relacionais, muito trabalhadas nas várias oficinas do projeto que aqui se apresenta, corroborando os resultados do estudo de Santos (2014) que realça a importância da capacitação em habilidades pessoais e sociais na inserção socioprofissional e empregabilidade de pessoas com deficiência. No mesmo alinhamento encontramos os resultados do estudo de Pinto e Pinto (2016), quando referem que o Projeto Live2Work desenhado para capacitar jovens e adultos

com vulnerabilidade profissional apostou pedagogicamente em atividades de formação relacionadas com o autoconhecimento, motivação, aprendizagem e comunicação entre outras habilidades pessoais e sociais. Os mesmos resultados e a mesma dinâmica pedagógica encontramos no Projeto MIND UP que investiu na integração em novos círculos profissionais e culturais mas, simultaneamente, na aquisição/aperfeiçoamento de capacidades pessoais, relacionais e sociais (FEDERAÇÃO NACIONAL DE COOPERATIVAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, 2017).

## Considerações finais

O estudo que apresentamos tem limitações que é necessário fazer notar. Em primeiro lugar, os resultados desta intervenção de educação não formal, considerando a sua amostra reduzida e circunscrita a um contexto espaço-temporal delimitado, não é passível de generalizações. Em segundo lugar, não foi realizada uma avaliação anterior à intervenção que torne possível, fazer uma comparação rigorosa de resultados entre o antes e o após a intervenção. Constitui, no entanto, mais uma experiência que corrobora a importância e contributo das práticas educativas não formais no processo de capacitação e desenvolvimento humano de crianças/jovens com NE.

A educação entendida como mais do que um direito a chave para o séc. xxi (UNESCO, 1997) é, hoje, aceite como um processo permanente, (a realizar-se ao longo da vida) e comunitário (desenvolvendo-se em todos os contextos da comunidade) abrangendo todas as pessoas. Não obstante o direito à educação ser um direito reconhecido por todos, a necessidade de hoje se continuar a debater e legislar sobre questões relativas a uma educação inclusiva, evidencia que este direito ainda não é universal e extensivo a todos os seres humanos.

No caso vertente da temática do nosso trabalho, as crianças/jovens com NE tendo direito à educação continuam, na prática, a não usufruir da possibilidade que a educação deve dar de um desenvolvimento pleno e integral. Como outros grupos, também esta franja populacional sofre do estigma social e cultural de que não é capaz de evoluir, aprender e se autonomizar e emancipar. Talvez o primeiro passo em direção a uma educação inclusiva seja levar a compreender que todo o indivíduo está, ao longo da vida, em processo de educação/formação.

Este estudo, corroborando outros, tem como marca proeminente o reconhecimento da educação ao longo da vida e no caso vertente da criança/jovem com NE do direito que tem de dentro e fora da escola continuar o seu (singular, único e idiossincrático) processo de

desenvolvimento, necessitando apenas de estratégias e metodologias adequadas às suas necessidades específicas.

A percepção positiva resultante da análise dos dados de avaliação, bem como os de outras, (ainda que poucas) intervenções na área, evidenciam a importância da intervenção educativa não formal com crianças/jovens com NE, enquanto instrumento favorecedor do desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais promotoras do aumento do bem-estar, da autonomização e, conseqüente, inclusão e participação ativa na vida pessoal, social, profissional e comunitária.

### Referências

- ANTUNES, Conceição; SAMPAIO, Patrícia. Para além da diferença: uma intervenção educativa não formal no âmbito da deficiência. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v.29 n.61 p.513-532, mai-ago, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.vol29.n61.p513-532> Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/14215> Acesso em: 3 jun. 2021.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BARBERO, Josep Manuel; CORTÉS, Ferran. **Trabalho comunitário, organización y desarrollo social**. Madrid: Alianza Editorial, 2005.
- BALTES, Paul; BALTES, Margaret. **Successful aging. Perspectives from behavioral sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 2013.
- BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Guía para la educación inclusiva. Desarrollando el aprendizaje y la participación en los centros escolares**. Madrid: OEI/FUHEM, 2015.
- CORREIA, Luís Miranda. **Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para pais e professores**. Porto: Porto Editora, 2013.
- DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO. **Manual de apoio à prática**. Lisboa: Direção Geral da Educação, 2018.
- ECHEITA, Gerardo. Educación inclusiva. Sonrisas y lágrimas. **Aula Abierta**, v. 46, n.2, p.17-24, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17811/rifie.46.2.2017.17-24> Disponível em: <https://reunido.uniovi.es/index.php/AA/article/view/11982> Acesso em: 5 abr. 2022.
- ESCALLÓN, Inés; PORTER, Gordon; RICHLER, Diane. **Guía de indicadores de prácticas pedagógicas que favorecen la atención a la diversidad**. Bogotá: Fundación Compartir, Fundación Saldarriaga Concha, 2013.
- FARREL, Peter; AINSCOW, Mel. **Making special education inclusive: from research to practice**. London: David Fulton Publishers, 2002.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DE COOPERATIVAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL. **Projeto MIND UP** [em linha], 19 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.fenacerci.pt/2017/06/19/projeto-mind-up/> . Acesso em: 5 abr. 2022.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DE COOPERATIVAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL. **Projeto Qualificar para a inclusão (QI)**, [2014]. Disponível em: <https://fenacerci.pt/web/fenacerci/projetos.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- GONZÁLEZ, Aldo Ocampo. Claves en la construcción del conocimiento de la educación inclusiva. **Revista Práxis Educativa**, v.17, n.45, p. 338-356, abr./jun, 2021. DOI:

- <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i45.8140> Disponível em:  
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8140>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- GONÇALVES, Élia. **Efeitos de um programa de cultura geral numa população adulta com deficiência mental moderada**. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, 1997.
- MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão escolar. O que é. Por quê. Como fazer**. São Paulo: Editora Moderna, 2003.
- MOURA, Eliana Perez; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. A dimensão educativa da educação não escolar: tem sentido este debate? **Educação**. Porto Alegre, v.42, n.1, p.150-158, jan./abr, 2019. DOI:<https://doi.org/10.15448/1981-2582.2019.1.27950> Disponível em:  
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/27950>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- PINTO, Joana; PINTO, Helena. Construção de projetos de vida em situações de vulnerabilidade profissional: proposta de um racional para a intervenção. *In: IV SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO EM CONTEXTO ESCOLAR*, 2016, Lisboa. **Poster Session**, Lisboa, Faculdade de Medicina Dentária, Universidade Católica Portuguesa, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/20979> . Acesso em: 18 jul. 2022.
- PORTUGAL. DECRETO-LEI 3/2008. Diário da República, n.º 4/2008, Série I de 2008-01-07.
- PORTUGAL. DECRETO-LEI 54/2018. Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06.
- RODRIGUES, Ana Luísa. Investigação-ação e análise de conteúdo: caso na formação de professores. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 17-39, out./dez, 2021. DOI:  
<https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.8796> Disponível em:  
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8796>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- SILVA, Tânia, **Da utopia à concretização do sonho: a importância das atividades da vida diária no desenvolvimento da autonomia e independência na deficiência**. Relatório de Estágio. 2022. (Mestrado em Educação, área de especialização em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária) Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2022.
- SANTOS, Sofia. Alunos com dificuldades intelectuais na sala de aula: que educação? *In: CORREIA, Luís Miranda (org.). Educação inclusiva e necessidades especiais*. Braga: Flora Editora, 2018, p.101-120.
- SANTOS, Ana Cristina. **Inserção socioprofissional e empregabilidade da pessoa com deficiência: contributos das ofertas de formação**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2014.
- SILVA, Lindsay Fernandes; ANSAY, Noemi Nascimento. Musicoterapia na escola: desafios e perspectivas para a construção de espaços inclusivos. **Revista Brasileira de Musicoterapia**, Ano XIX – Ed. Especial, 2017.
- TRILLA, Bernet Jaume. Animación sociocultural, educación y educación no formal. **Educar**, v. 13, p. 17-41, 1988. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/educar.381> Disponível em:  
<https://educar.uab.cat/article/view/v13-trilla>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- UNESCO. United Nations Educational Scientific And Cultural. **Cinquième conférence internationale sur l'éducation des adultes – La déclaration d'Hambourg l'agenda pur l'avenir**. Hambourg, 1997.
- UNESCO. United Nations Educational Scientific And Cultural. **Guidelines for inclusion. Ensuring access to education for all**. Paris, 2005.
- VEIGA, Sofia; FERREIRA, Eunice; QUINTAS, Sara. Sentidos: um projeto de educação social no âmbito da deficiência mental. **Revista Ibero-americana de Educação**, n.63, p. 63-75, 2013.

## SOBRE AS AUTORAS



**Maria da Conceição Pinto Antunes.** Doutorada em Filosofia da Educação. Docente do Instituto de Educação, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, Braga, Portugal. Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação. Investigadora do Centro de Investigação em Educação (CIEd). Contribuição de autoria na obra: Investigação; Metodologia; Programas; Análise dos dados; Supervisão; Validação; Redação-revisão.

**Sara Daniela Fernandes.** Mestre em Educação. Técnica Superior de Educação. Instituição Particular de Solidariedade Social - Casa de Acolhimento, Braga, Portugal. Contribuição de autoria na obra: Investigação; Metodologia; programas; Análise dos dados; Administração do projeto; Recursos; Redação-rascunho original.

### **Como citar este artigo**

ANTUNES, Maria da Conceição Pinto; FERNANDES, Sara Daniela. Educação não formal: contributos para a educação inclusiva. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, 2023. DOI: 10.22481/praxisedu.v19i50.11319.